

EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO – UM BRASIL EM DECLÍNIO: os efeitos ultraneoliberais na Política Nacional de Assistência Social do Brasil

THE TEMER AND BOLSONARO GOVERNMENTS – A BRAZIL IN DECLINE: the ultraneoliberal effects on Brazil's National Social Assistance Policy

Jodeyson Islony de Lima Sobrinho¹
Gabriel da Veiga²

RESUMO

Neste trabalho, buscamos abordar diversos aspectos relacionados ao desfinanciamento, implementação e efetivação da Política Nacional de Assistência Social no Brasil, considerando o cenário político compreendido entre o período dos governos de Temer e Bolsonaro. Adotamos como metodologia uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza exploratória, embasada no método do materialismo histórico-dialético. Esta abordagem possibilitou uma análise abrangente e dinâmica dos fenômenos sociais, destacando suas interações complexas e revelando de forma crítica as influências políticas, econômicas e sociais na Política Nacional de Assistência Social brasileira. Evidencia-se um Brasil em declínio, expressão destes desgovernos, pelo quais as transformações acampadas por eles provocaram um movimento de retrocesso no acesso e na garantia dos direitos sociais, refletindo negativamente na implementação da política nacional de assistência social no Brasil e apresentando novos desafios diante do agravamento das desigualdades sociais.

¹ Assistente Social com graduação em Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado (FAR), Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Adjunto e na função de coordenador do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) UNIOESTE/FB. E-mail: isllony@hotmail.com.

² Assistente Social com graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão, UNIOESTE/FB e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) UNIOESTE/FB.

Palavras-chave: Brasil em Declínio; Desgovernos Temer e Bolsonaro; Política Nacional de Assistência Social.

ABSTRACT

In this work, we seek to address several aspects related to the defunding, implementation and implementation of the National Social Assistance Policy in Brazil, considering the political scenario between the period of the Temer and Bolsonaro governments. We adopted as a methodology a bibliographical and documentary research of an exploratory nature, based on the method of historical-dialectical materialism. This approach enabled a comprehensive and dynamic analysis of social phenomena, highlighting their complex interactions and critically revealing the political, economic and social influences on the Brazilian National Social Assistance Policy. It is evident that Brazil is in decline, an expression of these misgovernments, whereby the transformations enacted by them have caused a setback in the access and guarantee of social rights, negatively reflecting on the implementation of the national social assistance policy in Brazil and presenting new challenges in the face of the worsening of social inequalities.

Keywords: Brazil in Decline; Temer and Bolsonaro misgovernment; National Social Assistance Policy.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo constitui parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social, abordando as complexidades em torno do sucateamento da Política Nacional de Assistência Social no Brasil, à luz do contexto político, econômico e social no período compreendido entre 2016 e 2022. Busca refletir sobre a condição política do Brasil e as diretrizes adotadas pelos últimos desgovernos de Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) e Jair Bolsonaro (Partido Liberal - PL) em relação ao financiamento, que na verdade se coloca mais como desfinanciamento, implementação e garantia da Política Nacional de Assistência Social à população brasileira.

A metodologia adotada neste estudo se constituiu a partir da pesquisa bibliográfica e documental e natureza exploratória e qualitativa, visando explorar e analisar a realidade brasileira. O método de pesquisa utilizado é o materialismo histórico-dialético, permitindo uma compreensão da realidade concreta, histórica e contraditória, de forma dinâmica e totalizante, ao apreender os processos sociais como intrinsecamente ligados às influências políticas, econômicas e sociais na objetividade pesquisada.

No que diz respeito ao recorte temporal, o estudo analisa como a Política Nacional de Assistência Social no Brasil foi tratada no período de ultraneoliberalismo dos governos de

Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Assim sendo, didaticamente estruturamos este artigo da seguinte forma: Introdução, onde é apresentada uma síntese do trabalho; na segunda parte, o cenário político da época, incluindo a análise dos governos petistas e o impacto do golpe de Michel Temer no governo Bolsonaro; no próximo tópico apontamos algumas das investidas ultraneoliberais na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) neste período de declínio da proteção social no Brasil; por fim, são apresentadas as considerações finais sobre os resultados deste estudo.

2 CONFORMAÇÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E ECONÔMICOS NA ERA TEMER E BOLSONARO (2016-2022)

Mesmo com os avanços na política nacional de assistência social no Brasil, a situação dos direitos sociais no país enfrentou e, ainda, enfrenta desafios decorrentes de uma crise econômica e da ascensão de um neoliberalismo mais acentuado. Isso marcou a transição do governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), que foi eleita democraticamente para dois mandatos, iniciando em 1º de janeiro de 2011 e sendo reeleita em 2014, para um período de instabilidade após um golpe de Estado parlamentar-institucional-midiático. Um dos principais articuladores desse processo foi seu próprio vice-presidente, Michel Temer do MDB, que toma a frente da presidência em definitivo em 31 de agosto de 2016. Assim sendo, é necessário que entendamos a conjuntura que marcou essa ruptura democrática, para entendermos os descaminhos que a política nacional de assistência social percorrerá nesse período.

A partir da segunda metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2013, os indicadores econômicos começaram a declinar, tendo no limiar o aumento do desemprego e uma alta taxa de inflação, os quais contribuíram para que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrasse o ano em 5,91%, superando a estimativa de 5,74% do mercado financeiro. Isso resultou em um impacto significativo no poder de compra dos trabalhadores, que já não era alto, mas mantinha uma certa estabilidade de acordo com os padrões nacionais dos anos anteriores.

Foi diante da eleição de 2014, na qual Dilma derrota Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que a elite brasileira e os representantes políticos tradicionais da burguesia nacional, insatisfeitos com os resultados eleitorais, optaram por criar um clima de

instabilidade política que tornava praticamente impossível a governabilidade e a reversão da crise econômica, expressão nacional da crise estrutural do capital, que teve seu último ápice, a quebra dos bancos norteamericanos, nos anos de 2008, e para retomada das taxas de lucro uma saída mais extrema do neoliberalismo econômico. Ao promover essa atmosfera política volátil, impediram a fluidez da acumulação capitalista. Em outras palavras, a ideologia que se instala e se propaga é que somente com a retirada do PT do poder, seria possível garantir a retomada do crescimento econômico de forma satisfatória.

Essa crise está imersa em uma conjuntura macrossocial determinada pelo capitalismo neoliberal, que, a partir de 2008, enfrentou uma crise financeira global, demandando uma reorganização do sistema capitalista (DEMIER, 2017). Esse processo permitiu a consolidação da direita neoliberal no Brasil, que, aliada a diversos setores da sociedade, como o agronegócio, o capital financeiro e o capital industrial, iniciaram uma série de ataques aos governos petistas, visando desestabilizar a economia e agravar a crise econômica e a inflação, com o apoio constante da mídia através de acusações criminais relacionadas ao governo.

Por outro lado, nota-se que o modelo de inclusão social adotado pelo governo petista se pautou em uma cidadania de consumo, que se manifestou através do aumento do emprego formal, da valorização do salário-mínimo, da implementação de políticas sociais compensatórias, da expansão do acesso ao ensino superior e da abertura de concursos públicos. Essas medidas resultaram em uma mudança na estrutura da pirâmide social brasileira, o que gerou insatisfação entre as elites capitalistas do país. Ao mesmo tempo, “a falta de uma reforma moral e intelectual criou um ambiente propício para a ascensão da hegemonia golpista contra o Partido dos Trabalhadores” (DEMIER, 2017, p. 92).

A motivação por trás do golpe é muito óbvia: substituir os representantes governamentais democratas por indivíduos com tendências altamente reacionárias. Estes últimos seriam capazes, sem entraves, de implementar medidas de ajuste fiscal, aplicar contrarreformas e reprimir os movimentos sociais. Os governos do PT enfrentaram obstáculos ao tentar realizar reformas sociais profundas no âmbito do ideário social e não conseguiram estabelecer um modelo abrangente de cidadania socialdemocrática, aquela que garantisse direitos e serviços públicos de qualidade. Como resultado, o governo, no período de crise e instauração do golpe, não foi capaz de garantir consistentemente o apoio das diversas categorias e classes sociais.

Após o golpe de 2016, o Brasil testemunhou uma série de mudanças significativas,

incluindo o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas conquistados, juntamente com cortes nos orçamentos das políticas sociais. Essas medidas representaram uma regressão, flexibilização e desregulamentação dos direitos (SOARES, 2018). Os efeitos dessa forma de fazer política são especialmente sentidos pela classe trabalhadora, que enfrenta um aumento nas expressões da questão social, incluindo avanços na desigualdade social e dificuldades no acesso à saúde, educação, emprego, lazer, habitação e outros direitos fundamentais.

O governo ilegítimo de Michel Temer, que tomou posse do país em 2016, propôs explicitamente o uso de políticas mais conservadoras e neoliberais para enfrentar a crise econômica e financeira que afligia o Brasil. Isso resultou em uma série de contrarreformas que, por um lado, prejudicaram a manutenção do sistema de proteção social estabelecido na Constituição Federal de 1988, bem como a amplitude dos direitos conquistados pela classe trabalhadora no passado (SOARES, 2018).

As contrarreformas de Temer abrangeram uma série de áreas, incluindo a previdência social por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016, a reforma trabalhista por meio do Projeto de Lei (PL) 6787/2016, a PEC 55/2016, conhecida como "PEC da Morte", e o Projeto de Lei Complementar (PLC) 257/2016, que previa o congelamento do salário-mínimo (SOARES, 2018).

Todas essas contrarreformas demonstram claramente a intenção do presidente ilegítimo de aplicar estratégias neoliberais mais severas, reformulando as políticas sociais para torná-las mais "eficientes", conforme delineado no documento "Uma Ponte para o Futuro". Esse programa tinha como objetivo principal "preservar a economia brasileira e tornar viável seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatessem efetivamente a pobreza e criassem oportunidades para todos" (FUNDAÇÃO ULISSES GUIMAÇÕES, 2015, p. 1).

A contrarreforma trabalhista, implementada pelo Projeto de Lei (PL) 6787/2016, propõe a adoção de medidas, as quais se colocam como desafios reais enfrentados pelo trabalhador, tanto no presente quanto no seu futuro próximo, centradas, portanto, na "flexibilização e desregulamentação" (MÉSZÁROS, 2006, p. 2-3). Isso abre caminho para a desregulamentação das relações trabalhistas, previamente garantidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), resultando no aumento da precarização e flexibilização do mercado de trabalho.

O governo Temer reflete uma realidade já abordada por Behring e Boschetti (2008, p.161) ao descreverem a seguridade social no contexto do neoliberalismo.

[...] nesta etapa do capitalismo, a seguridade é atingida com a redução do valor dos benefícios, a limitação de outros e a não incorporação dos trabalhadores inseridos em relações de trabalho informais no âmbito dos direitos, uma vez que com as reformas para adequação dos Estados ao modelo neoliberal, materializam-se a seletividade e privatização, em detrimento da universalidade e estatização.

É fundamental lembrar que as políticas sociais, as quais se constituem em modos de operacionalizar os direitos sociais e humanos da população, são, na verdade, respostas do Estado às manifestações da questão social. No entanto, o governo Temer, ao demonstrar seu compromisso absoluto com os valores neoliberais e ao implementar medidas para reverter os avanços alcançados em termos de direitos sociais, negligencia as necessidades do povo brasileiro, que passou a enfrentar o aumento pobreza, a falta de acesso pleno às políticas e uma crescente desigualdade social.

Essa intenção de diminuir o papel do Estado em relação às políticas sociais se manteve durante o governo Bolsonaro (2019-2022), eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) e posteriormente filiado ao Partido Liberal (PL), que sucedeu o governo Temer, o qual chega à presidência da república “em uma combinação de crises no plano econômico, social e político, na qual a legitimidade de um determinado padrão de “gestão” da dominação de classes se viu profundamente abalada” (MATTOS, 2020, p.163).

Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil em 28 de outubro de 2018, obtendo aproximadamente 55% dos votos válidos. Ele é caracterizado como ultradireitista, radical, populista e neofascista, sendo lembrado por seus discursos violentos, preconceituosos, misóginos, racistas e xenofóbicos, amplamente difundidos através das mídias sociais.

Bolsonaro foi eleito em meio a um clima de polarização e profunda conturbação social e política no cenário nacional, com um forte repúdio ao sistema político e suas práticas. Ele foi respaldado pelo ambiente moralista e justiceiro decorrente da Operação Lava-Jato, além do estilo mobilizador e confrontador adotado pelo então candidato, retratado como um "cidadão de bem" sem preparo ou conhecimento adequado para o cargo presidencial.

De acordo com o site Congresso em Foco (2021), o presidente montou uma equipe caracterizada como ultraneoliberal no aspecto econômico, fiscalista na gestão, conservadora em termos de valores, de extrema direita no espectro político, atrasada em relação aos direitos humanos e refratária a proteção ambiental. Desde sua posse, em 2019, o país enfrentou uma séria desregulação aos direitos sociais, trabalhistas, à soberania nacional, à cultura, ao meio ambiente e até mesmo às conquistas básicas de civilidade.

O que chamamos de ultraneoliberalismo nada mais é do que uma fase superior ao neoliberalismo, na qual se procura dar respostas frente à crise do capital mundial no ano de 2008 (MESZÁROS, 2011).

Portanto, considera-se essa a 3ª fase do neoliberalismo, sendo denominado de ultraneoliberalismo, o que se funda no trinômio: 1. Aprofundamento violento da exploração do trabalho, diga-se, da precarização e “captura” da subjetividade do/a trabalhador/a; 2. Expansão da apropriação do fundo público pelo capital financeiro; 3. Privatização e expropriação de bens comuns e estatais que ainda existe (LIMA SOBRINHO, 2022, p. 122).

Com essas características, o governo de Bolsonaro implementou políticas que contrariam os preceitos da Constituição de 1988, visando reduzir o papel do Estado na garantia de bens e serviços, concentrando o poder decisório no Poder Executivo e dismantando políticas sociais consideradas contrárias à visão do presidente e de sua equipe. Notadamente, essa conjuntura foi marcada por um declínio social do Brasil, expresso nessa gestão autoritária, combinada com uma desresponsabilização em relação ao papel político na reprodução de políticas sociais destinadas a garantir direitos, a exemplo das investidas ultraneoliberais na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

3 AS INVESTIDAS ULTRANEOLIBERAIS NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS) NO BRASIL: O DECLÍNIO DA PROTEÇÃO SOCIAL COMO POLÍTICA DE GOVERNO NA ERA BOLSONARO

Desde o início de seu governo, Bolsonaro propôs cortes em programas sociais desenvolvidos pelos governos anteriores, especialmente os programas Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). A maior redução ocorreu no programa habitacional, com um orçamento de apenas R\$ 2,7 bilhões para o ano de 2020, em comparação com os R\$ 4,6 bilhões estimados em 2019. O orçamento destinado pelo governo Bolsonaro para o Minha Casa Minha Vida, que foi criado há dez anos, é o menor da história, de acordo com o site Escola Nacional de Formação (2021). Além disso, o Programa Bolsa Família também sofreu um desmonte semelhante, com os recursos congelados desde 2016 e um aumento significativo na fila de espera pelo benefício.

Desde o início do governo Bolsonaro, o Programa Bolsa Família foi alvo de ataques e

ameaças de extinção. A portaria nº 2.362, publicada em dezembro de 2019 pelo Ministério da Cidadania, destacou os cortes de verbas destinados aos serviços da Assistência Social em todo o país. Essa portaria teve um impacto direto em cada município, com uma redução de recursos que variou de 30% a 40%. Esse corte ocorreu em um momento de enxugamento do principal programa de transferência de renda do Brasil, o que refletiu diretamente e/ou indiretamente nos programas, serviços e ações desenvolvidos âmbito desta política nos rincões deste país.

O governo Bolsonaro argumentava que outros benefícios considerados "ineficientes" seriam eliminados para implementar programas que pudessem realmente alterar a realidade dos indivíduos. Foi proposto então o Auxílio Brasil, que extinguiu o único programa de transferência de renda do país, o PBF. O Auxílio Brasil manteve as mesmas condicionalidades do PBF, mas difere no valor mensal do repasse por família e na duração do programa, o qual tinha vigência temporária, seguindo até o final de 2022.

Assim, como esses programas, a Política Nacional de Assistência Social enfrentou um processo de dismantelamento. As transferências do governo federal para os municípios diminuíram de pouco mais de três bilhões de reais no final do mandato de Dilma para pouco mais de um bilhão e meio de reais em 2020. O orçamento aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para 2021, destinado ao custeio dos serviços e ações socioassistenciais, foi de 2.6 bilhões de reais, porém apenas 1.1 bilhão de reais foram efetivamente aprovados, representando uma redução de 59,34%.

Ainda assim, o SUAS é uma porta de entrada para o sistema de proteção e acesso aos direitos das populações vulneráveis, em particular, ele organiza uma rede de proteção de renda e acesso a serviços socioassistenciais, garantindo também a inclusão em um amplo conjunto de proteções e referenciamento em serviços como saúde e educação. Conquanto, esses pilares estratégicos no âmbito da seguridade social, ficam gravemente comprometidos.

Durante o governo Temer, várias tentativas de encerrar o BPC foram feitas, incluindo emendas constitucionais e outras iniciativas legais. A primeira proposta de reforma da Previdência previa alterações na idade mínima para ter direito ao benefício, aumentando de 65 para 70 anos, se fosse aprovada. Outra mudança proposta era a desvinculação do salário-mínimo, no entanto, a proposta não foi aprovada devido à resistência tanto da oposição quanto dos movimentos de várias categorias.

Outra estratégia encontrada pelo governo ilegítimo de Michel Temer para desvalorizar o BPC foi não divulgar adequadamente que era necessário fazer o recadastramento no

programa até 31 de dezembro de 2019. As informações aos idosos e pessoas com deficiência foram limitadas à entrega de cartas em suas residências. Isso gerou problemas, pois muitas pessoas não moravam mais no mesmo local informado ao INSS, enquanto outras residiam em áreas rurais ou isoladas, onde as correspondências nem sequer chegavam. Além disso, havia analfabetos que não conseguiam ler a "carta do governo". Tendo em vista o histórico do governo golpista de Temer e a forma como esse procedimento foi realizado em um momento de desmantelamento das políticas de assistência social, ficou nítido o objetivo do governo de excluir essas pessoas e simplesmente retirá-las do programa.

Após não conseguir incluir a redução do BPC na Reforma da Previdência, já o governo Bolsonaro começara a desorganizar os serviços e dificultar o acesso pela população. Isso inclui desinformação, restrições no acesso, como o acesso *online*, que é difícil para os idosos, e mudanças no sistema de perícia. Ao analisar a concessão de novos benefícios, durante o período de 2014 a 2019, a média caiu drasticamente de 83 mil novos beneficiários para menos de 14 mil (OBSERVABR, 2021).

A política econômica do governo Bolsonaro se centrou na intensificação do ajuste fiscal, o qual foi já vinha em destaque por Temer, como mencionado anteriormente na Emenda Constitucional 95, do "Teto de gastos". Esse ajuste combina uma ampliação das empresas a serem privatizadas e, conseqüentemente, a retirada de direitos dos trabalhadores, caracterizando o modelo de política do governo.

4 CONCLUSÃO

Percebe-se, portanto, que as mudanças econômicas, políticas e sociais no modo de produção capitalista, operadas pelos governos nacionais, impactam negativamente na implementação da política nacional de assistência social no Brasil, sobretudo, nos governos em que as medidas se dão pelas orientações ultraneoliberais e pelos desmantelamentos dos direitos sociais, ajustes fiscais e contrarreformas, sob o auspício do "equilíbrio econômico".

Com as contrarreformas e investimentos opacos, o que se observou na era Temer-Bolsonaro foi uma tendência de administração da pobreza, com uma seleção dos mais pobres entre os pobres para inseri-los nos programas, projetos e serviços oferecidos por essa política. Essas medidas estiveram diretamente relacionadas às expressões e desmontes vivenciados pela

política de assistência social, resultando no sucateamento em relação aos recursos destinados à política.

Indubitavelmente, Bolsonaro alcançou seu objetivo de desconstruir e dismantelar as políticas sociais no Brasil. Cumprindo suas promessas, manteve sua agenda de desmontes, também conhecida como agenda de contrarreformas, o teto de gastos e outras obrigações financeiras, utilizando-os como justificativa para medidas inadequadas de proteção familiar e respostas insuficientes à crise de saúde pública, instaurada pela pandemia da Covid-19, equacionando um processo acelerado do aumento da miséria e fome de uma grande parte da população brasileira.

Portanto, o que se viveu foi um Brasil em declínio, expressão destes desgovernos, pelo quais as transformações acampadas por eles provocaram um movimento de retrocesso no acesso e na garantia dos direitos sociais, refletindo negativamente na implementação da política nacional de assistência social no Brasil e apresentando novos desafios diante do agravamento das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. IN: **Consultora da Câmara aponta queda do gasto do governo federal com assistência social** Fonte: **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/818018>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do serviço social, v.2). Boitempo, 2002.

CONGRESSO EM FOCO. **Federalismo e políticas públicas no governo Bolsonaro**. 2021. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/federalismo-e-politicas-publicasno-governo-bolsonaro/> >. Acesso em: 22, março e 2022.

CUT, CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Idosos na mira de Temer: milhares podem perder BPC**. [S. L.], 22 dez. 2017. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/idosos-na-mira-de-temer-milhares-podem-perder-bpc-7288>. Acesso em: 12 maio 2022.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **OS DIREITOS SOCIAIS – UMA PONTE PARA O FUTURO**. [S. L.], 10 nov. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/blog/noticias/os-direitos-sociais-%e2%80%93-uma-ponte-para-o-futuro/>. Acesso em: 14 abr. 202

LIMA SOBRINHO, Jodeyson Islony. **CRISE DO CAPITAL, CONSERVADORISMO E “CAPTURA” DA SUBJETIVIDADE PROFISSIONAL**: implicações na cultura crítica do serviço social. 2022. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de PósGraduação em Serviço Social – PPGSS, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Ufrn, Natal, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49448>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MATTOS, Marcelo B. **Classes sociais e luta de classes**: a atualidade de um debate conceitual. Em Pauta. Teoria Social e Realidade Contemporânea. FSS/UERJ, n. 20, nov. 2020

MÉSZÁROS, István. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda**. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. Boitempo: São Paulo, 2006. p. 27-44.

OBSERVABR. **Políticas sociais sob Bolsonaro**: rumo à década de 1990, 2021. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/observabr/2021/01/13/politicas-sociais-sob-bolsonaro-rumo-a-decada-de-1990/>>. Acesso em: 11 abr. 2022

OS DIREITOS SOCIAIS – UMA PONTE PARA O FUTURO. **Fundação Ulisses Guimarães**, 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulisses.org.br/blog/noticias/os-direitos-sociais-%e2%80%93-uma-ponte-para-o-futuro/>>. Acesso em: 20, março de 2022.

RETROCESSOS DO GOVERNO BOLSONARO. **Escola Nacional de Formação**, 2022. Disponível em: < <https://www.enfpt.org.br/retrocessos-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 10/04/2022

SOARES, Raí Vieira. **Transformações contemporâneas e educação superior no Brasil**: particularidades na formação profissional em Serviço Social do IFCE campus Iguatu. 2018. 209f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.